



<http://dx.doi.org/10.30681/issn23163933v28n01/2020p194-210>

A PRÁTICA DA LEITURA ESCOLAR, EM UMA ABORDAGEM TEÓRICA DA ANÁLISE DE DISCURSO

SCHOOL READING PRACTICE IN A THEORETICAL APPROACH TO DISCOURSE ANALYSIS

Kelsse Nathanielly Boffulin¹
Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta²

Recebimento do texto: 11/11/2019.

Data de aceite: 30/11/2019.

RESUMO: Neste trabalho, propusemos apresentar como a teoria sustentou a proposta de intervenção produzida nas aulas de Língua Portuguesa, do 8º ano, do ensino fundamental. Valendo-nos de distintas práticas de leitura sobre a temática do consumismo, inscrevemo-nos nos domínios da Análise de Discurso fundada a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux na França e Eni Orlandi, no Brasil, da qual mobilizamos alguns conceitos teóricos como gestos de interpretação, formação discursiva, condições de produção, com o intuito de possibilitar, em nossa prática, um modo distinto aos alunos de compreensão sobre o funcionamento da língua, pelo discurso, no processo de produção do sentido. Interessou-nos mostrar aos estudantes que a linguagem tem uma opacidade constitutiva e que os sentidos não estão fixos ao texto, mas são produzidos no jogo das formações discursivas e que, o sujeito, é constantemente interpelado pela ideologia de forma determinada. Assim, construímos com os alunos um conhecimento diferente, através de uma proposição de intervenção sobre a temática do discurso do consumismo considerando os efeitos de sentido do discurso na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito; Língua; Discurso; Leitura; Consumismo.

ABSTRACT: In this paper we propose to present how the theory supported the intervention proposal produced in the 8th grade Portuguese Language classes of elementary school. Using different reading practices on the subject of consumerism, we subscribe to the fields of Discourse Analysis founded on the works of Michel Pêcheux in France and Eni Orlandi, in Brazil, from which we mobilize some theoretical concepts as gestures of interpretation, discursive formation, conditions of production, in order to enable, in our practice, a different way for students to understand the functioning of language, through discourse, in the process of meaning production. We were interested in showing students that language has a constitutive opacity and that the senses are not fixed to the text, but are produced in the game of discursive formations and that the subject is constantly challenged by ideology in a determined way. Thus, we built with the students a different knowledge through a proposition of intervention on the discourse theme of consumerism considering the meaning effects of discourse on society.

KEYWORDS: Subject; Language; Speech; Reading; Consumerism,

¹ Mestre em Letras pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Professora da Escola Estadual Wilson de Almeida, no município de Nova Olímpia-MT. E-mail: boffulin@gmail.com.

² Doutora em Linguística. Docente do Curso de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Professora orientadora do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS e do Programa de Pós-Graduação em Linguística. E-mail: analuizart@unemat.br.



Introdução

Este artigo apresenta parte de uma proposição teórico-metodológica de pensar o trabalho com a leitura, a partir de uma temática *x*, como um modo de produzir uma intervenção nas práticas de ensino da Língua Portuguesa. Em princípio, havia uma inquietação acerca do trabalho com o livro didático, o modo como esse instrumento pedagógico é tomado na instituição escolar, no processo de ensino e aprendizagem. Essa relação entre professor *x* alunos *x* escola *x* livro didático nos instigou a construir uma proposta de intervenção, nas aulas de Língua Portuguesa com a turma do 8º ano “A”, do ensino fundamental, da Escola Estadual “Wilson de Almeida”, em Nova Olímpia-MT.

Inscritos na teoria da Análise de Discurso, buscamos compreender o funcionamento da linguagem considerando pelo discurso a questão sócio-histórica e ideológica como constitutiva da linguagem. Como também a incompletude, os efeitos de sentido a partir de análises de diferentes atividades de leitura. Nesse movimento da língua depreende-se que não há literalidade, transparência, pois toda interpretação é regida por condições de produção. Considerar a exterioridade como significante na língua é um fato que tem sido um desafio a ser enfrentado por profissionais de Língua Portuguesa com relação ao ensino sobre a língua, uma vez que, conforme Coracini (1999), o livro didático restringe o ensino de língua somente a aspectos gramaticais, pouco se fala em questões linguísticasⁱ.



De fato, em observação/leitura dos livros didáticos do ensino fundamental utilizados na/pela escola em que trabalhamos, percebemos que grande parte dos temas são apresentados ao sujeito leitor de forma reduzida quanto às informações, explicações, exemplos e principalmente, às propostas de interpretação de textos, nas quais se espera do aluno a resposta já prevista pelo autor, não dando margem a questionamentos, outras interpretações possíveis. Segundo Di Renzo e Motta (2014), “o que necessita ser revisto, a nosso ver, tem a ver com a variância dos textos e de línguas que precisam circular e tomar corporeidade nas práticas linguísticas escolares”. Significa proporcionar ao aluno múltiplas situações de leitura e interpretação, permiti-lo transitar entre materialidades distintas.

Sendo assim, nossa proposta foi construída de modo a possibilitar ao aluno um estudo deslocado da concepção de língua homogênea e transparente, do texto como unidade completa de sentidos, com exercícios que condicionam os alunos a reagir uniformemente às propostas, fazendo as mesmas análises e chegando às mesmas conclusões. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi pensar a leitura, a interpretação e a produção escrita, discutindo o efeito ideológico, as condições de produção. Um modo de fazer com que os alunos compreendessem, pela efetividade dos trabalhos, a opacidade da língua e que os sentidos podem ser outros numa mesma e em diferentes materialidades discursivas.

O trabalho com os alunos foi construído com base na temática do consumismo, eleita em discussão em sala e pertinente, dada a realidade das últimas décadas, na qual as facilidades de compra alargaram o cinturão



consumista mundial. De outro lado, perguntamos: como a informação, as distintas linguagens instigam o sujeito leitor a compreendê-las? É notável o foco de campanhas publicitárias estar direcionado principalmente ao público jovem. A leitura, a informação tornou-se necessária para adolescentes que convivem com o modismo consumista do capitalismo. Nessa linhagem, sentimos, a necessidade de questionar os efeitos que o consumismo pode constituir em sociedade.

A metodologia constituiu, a princípio, da conceituação da palavra consumismo pelos alunos em sala de aula, seguida por atividades de leitura com diferentes materialidades discursivas: – narrativos, poemas, artigo de revista, música, tirinhas, filmes, propagandas – que abordaram a temática, construindo um percurso de debates, rodas de conversa e produção escrita em que questionamos a posição sujeito consumidor, observando comentários e julgamentos no gesto interpretativo dos alunos. Resignificamos o texto “Eu Etiqueta”, de Carlos Drummond de Andrade, através da construção de boneco de papel; mobilizamos conceitos de formação discursiva e condições de produção para problematizar a respeito de anúncios publicitários.

Por fim, o produto final dessa intervenção nas aulas de Língua Portuguesa constituiu o jornal da sala, construído com os alunos, o qual divulgou o trabalho realizado durante o 4º bimestre letivo, com fotos e comentários dos alunos sobre o processo experimentado.

Neste artigo, apresentamos parte do trabalho, a descrição do processo de construção da proposição, desde o diagnóstico da problemática que motivou a intervenção, até a apresentação do arcabouço



teórico da Análise de Discurso que fundamentou a concepção de língua às atividades elaboradas para o trabalho com os alunos.

A teoria como suporte à prática escolar

O trabalho com o ensino de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental, teve início em outubro de 2014, período em que se iniciou o 4º bimestre letivo, em uma escola da rede pública, localizada na cidade de Nova Olímpia. Atualmente, a experiência de sete anos de docência possibilitou-nos observar e questionar o modo de se trabalhar com a leitura em sala de aula, considerando o processo de formação do sujeito. Percebemos que nas atividades de leitura o suporte e os métodos, por vezes, remetiam ao livro didático.

Assim, das questões sobre a leitura e o uso do livro didático emergiu a inquietação, de nossa parte, em prol da qualificação profissional, com vistas a conhecer melhor as teorias que tratam dos estudos sobre a língua, a fim de construir novas reflexões, abordagens didático-metodológicas para as aulas de Língua Portuguesa.

Dessa forma, questionando o modo como a leitura é tomada na escola, a partir de uma concepção X de língua. Foi possível, assim, pensar na construção de uma proposta de deslocamento da leitura linear para uma leitura que estabeleça relações entre o texto e a exterioridade, esta entendida enquanto contexto histórico, social e ideológico de constituição do discurso, segundo Orlandi (2004). Através dessa compreensão do imbricamento entre o texto e a exterioridade, a condição de produção,



podemos compreender os processos de significação materializados no discurso. Nesse sentido, construímos a proposição de trabalho com a leitura através de intervenção no processo de ensino aprendizagem.

Na posição de professora do ensino fundamental, selecionamos a turma do 8º ano “A”. Os motivos da escolha foram, em primeiro lugar, por ser requisito a seleção de uma turma do ensino fundamental, exceto 9º ano, pela efetivação do curso no ensino fundamental e o projeto em desenvolvimento ter um tempo de dois anos de duração. Essa via de trabalho, de possibilidade de continuidade da intervenção no ano seguinte (2015), tornou-se algo decisivo na escolha. Ressalta-se ainda a opção pela sala do 8º ano “A”, por ser uma turma numerosa, (36 alunos), o que se apresentou como um desafio instigante.

Assim, vimos a necessidade de propor uma discussão acerca de temáticas que pudessem ser do interesse da turma. O tema “Consumismo” foi o selecionado por entendermos que na fase da adolescência, os jovens estão mais propensos a consumir produtos tecnológicos, estéticos, vestuários, calçados, etc. Observamos que a mídia, no caso, a televisão, propagandas na internet, bombardeiam anúncios de novos produtos o tempo todo, trabalha para tornar obsoleto o que se tem, e interpelar o sujeito a adquirir o novo.

Gregolin (2007, p.16) Comenta que a mídia exerce mediação entre leitores e a realidade, por meio de “uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”. Há uma interpelação do sujeito em ressignificar imagens e palavras através de movimentos interpretativos e deslocamentos





de sentidos, produzindo efeitos identitáriosⁱⁱ. A compreensão sobre o funcionamento da mídia, a partir da Análise de Discurso, nos permitiu estabelecer relações entre mídia e consumismo, observar como o consumidor é afetado pelos discursos midiáticos.

A inscrição teórica na Análise de Discurso francesa permitiu-nos mobilizar conceitos como de condições de produção, formações imaginárias, gestos de interpretação, mobilizados adiante. As leituras teóricas foram consubstanciando o trabalho, uma vez que contribuía significativamente para a apropriação de novos saberes.

O conhecimento teórico sobre leitura proporcionou o repensar, o deslocar da prática docente, admitindo um olhar diferente para a relação do sujeito aluno com o texto, com a linguagem. A teoria permite que a relação com o texto, com o gesto de leitura ultrapasse o limite da decodificação e configurasse um lugar em que os sentidos se movimentem e que os alunos se apropriassem dessa reflexão sobre a língua.

Dessa forma, o texto do livro didático de Língua Portuguesa, mostrou-nos oportuno questionar o modo de se trabalhar com a leitura, considerando também que esse instrumento pedagógico (livro) está presente em grande parte das escolas e é considerado por muitos professores, recurso indispensável para o ensino de língua, quando não, o único disponível. (CORACINI, 1999, p. 11).

O texto do livro didático, por vezes, restringe-se a um contudismo, em que as palavras e as coisas têm sentido nelas mesmas, sentidos fixos e imutáveis. Limita-se à decodificação, seguida de exercícios de “interpretação”ⁱⁱⁱ que o livro didático traz, dos quais se



espera que o aluno encontre o sentido contido no texto, deixado pelo autor, o que desautoriza a circulação dos sentidos atribuídos pelo aluno. A exemplo, nos deparamos frequentemente com nossos alunos apagando suas respostas do caderno para copiar, como correto, o que foi dito pelo professor ou pelo livro didático.

Orlandi (1988) discute sobre a categorização da leitura entre os domínios da linguística, do pedagógico e do social, estabelecida pelo discurso científico. Essa separação, segundo a autora, absolutiza a questão da leitura à perspectiva do especialista que a observa, sob a ideia imaginária de separar para conhecer. Problematisa a criação de restrições no tratamento da leitura pelo domínio da pedagogia, que por meio de “estratégias pedagógicas exageradamente imediatistas”, produz-se um reducionismo na reflexão sobre a leitura, chamado pedagogismo^{iv}.

Na perspectiva imediatista, as soluções propostas colocam à disposição do aluno apenas mais um artefato escolar pronunciadamente instrumental. Visando a urgência de resultados escolares, se passa por cima de aspectos fundamentais que atestam a história das relações com o conhecimento tal como ele se dá em nossa sociedade (...). (ORLANDI, 1988, p. 36).

A autora chama a atenção para o tratamento dado a leitura na escola, que por meio de abordagens técnicas, desconsidera o caráter sócio-histórico que a constitui. Dessa forma, o material de leitura, o que se lê e como se lê emergem neste trabalho, que se filia, como já anunciado, à teoria da Análise de Discurso, pelo modo como se concebe a leitura, o texto enquanto objeto linguístico-histórico, compreendendo como ele



produz sentidos na relação com o sujeito leitor em diferentes materialidades. Para tanto, consideramos as reflexões de Michel Pêcheux sobre a leitura de arquivo e a evolução de sua pesquisa em linguística, o qual faz uma abordagem abrindo questionamentos quanto ao tratamento dos documentos textuais “ao longo da história das ideias que vai do século XVIII ao século XX” (PÊCHEUX, 1994, p. 56).

Segundo Pêcheux (op. cit.), desde a Era Clássica observou-se o confronto entre duas culturas no que diz respeito à questão da leitura. Uma delas, a cultura literária, à qual pertencem historiadores, filósofos, pessoas de letras, caracterizou-se por não teorizar sobre o texto ou sobre a leitura, antes tomando-os apenas para o estudo do referente, em que o discurso não constitui um objeto de análise e o sentido é evidente, já está lá. Os debates literários estruturavam-se no confronto sobre temas, posições e métodos de trabalho, permanecendo implícita a questão da leitura, apesar de se ter “fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo” (PÊCHEUX, 1994, p. 55-57).

A cultura científica traduziu outra vertente da leitura de arquivo, iniciada com os clérigos, dividida entre aqueles “autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes” e os resignados a repetir, copiar, transcrever, constituindo uma leitura sem qualquer pretensão de originalidade, a qual impõe “ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega”. Este método possibilitou tornar o arquivo textual facilmente comunicável, transmissível e reproduzível, especialmente para o ensino nas escolas, onde “a questão da objetividade dos procedimentos e dos



resultados tornava-se, do mesmo modo, crucial, a ponto da referência à ciência se impor progressivamente com uma evidência”^v.

Pêcheux salienta que a separação entre essas culturas não é por acaso, mas abriga “uma divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política”, em que alguns tem direito a produção de leituras originais, conseqüentemente interpretações – atos políticos – enquanto a outros resta a tarefa secundária de reproduzir e sustentar tais interpretações. (PÊCHEUX, 1994, p. 58-59).

Diante disso, propõe uma reflexão teórica que toma a língua como materialidade específica, autorizando à linguística uma posição de disciplina de entremeio, em que pela sintaxe, o objeto é passível de um cálculo, de uma evidência natural, lógico-matemática. Ao mesmo tempo, essa materialidade “escapa daí, na medida em que, o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua, e é por aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe” (Ibid., p. 63), como efeito do jogo linguístico que o homem é capaz de realizar com os dados que lhe são fornecidos. Atenta que,

É à existência desta materialidade da língua na discursividade do arquivo que é urgente consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, também nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo. (PÊCHEUX, 1994, p. 64).

No tratamento do texto por ambas as culturas citadas por Pêcheux, a materialidade da língua desaparecia ou era um meio



transparente. Sua reflexão suscitou para o reconhecimento desta materialidade como constitutiva do trabalho de leitura, logo, de interpretação. Por isso, a questão do conteudismo sofre questionamentos, uma vez que, conforme Orlandi (2004, p. 64), “este supõe uma relação termo-a-termo entre pensamento/linguagem/mundo, como se a relação entre as palavras e coisas fosse uma relação natural e não linguístico-histórica. Daí a ilusão de se definirem os sentidos pela pergunta ingênua: o que “x” quer dizer?” (ORLANDI, 2004, p. 64).

Ou seja, quando perguntado ao aluno: o que o autor quer dizer?, trata-se de uma questão sobre o conteúdo das palavras, que pode ser respondida com uma citação do próprio texto ou com a combinação de alguns trechos dele. Não há uma abertura para se pensar em como o texto foi construído, de que maneira faz uso da linguagem para significar, ou ainda, qual sua relação com a história e a ideologia.

Orlandi (2001, p. 71), contrastando a esse conteudismo apresenta a leitura como “trabalho simbólico no espaço aberto de significações que aparece quando há textualização do discurso”. Ou seja, na prática da leitura, o texto não pode ser tomado pelo leitor como unidade fechada nela mesma, em que o autor já instalou nele seu sentido. Na relação entre texto e sujeito-leitor, este inclina seu olhar sobre o texto. “Diante do texto o olhar ‘bate’ em pontos diversos, mas pela sua inclinação, há uma disciplina que faz com que o olhar dirija-se a esse e não aquele ponto”. O leitor expõe seu olhar à opacidade do texto, rompendo os efeitos de evidência, atribuindo questões à materialidade simbólica, inaugurando,



assim, outras maneiras de ler (relacionando o dito e o não dito, o dito em outro lugar, de outras maneiras) (ORLANDI, 2001).

Diante disso, identificamos um problema que compromete a leitura dos alunos, uma vez que as possibilidades de desenvolvimento linguístico ficam restritas, por limitar-se o conteúdo a uma lista de máximas imutáveis^{vi}. Grigoletto (1999, p. 69) problematiza a concepção do livro didático, como um espaço fechado e completo de sentidos, no qual os alunos são levados a reagir uniformemente às suas propostas, fazendo as mesmas leituras e chegando as mesmas conclusões.

Observamos algumas atividades do livro didático^{vii} que envolviam a leitura e proposta de interpretação de textos. Em face as questões propostas entendemos que, ao nível da turma, a leitura exigida pode ser aberta a questionamento. No entanto, as perguntas apresentadas, por vezes, centravam-se no limite do texto. Ou seja, não instigam o aluno a fazer relações com outros textos, porque as respostas são encontradas no próprio texto. Espera-se do aluno a resposta já prevista pelo autor, não dando margem a questionamentos, outras interpretações possíveis. Tem-se, então, uma leitura unívoca, em que a língua se apresenta transparente, evidente.

Ainda tratando da relação do sujeito-leitor com o texto, Orlandi (2001, p. 62) comenta sobre a existência de uma história de leituras que afeta o texto. Explica:

O mesmo leitor não lê o mesmo texto da mesma maneira em diferentes momentos e em condições distintas de produção de leitura, e o mesmo texto é lido de maneiras diferentes em diferentes épocas, por diferentes leitores. É isso que



entendemos quando afirmamos que há uma história de leitura do texto e há uma história de leitura dos leitores.

A historicidade é o que direciona a relação dos sujeitos com o texto, a história da leitura do sujeito-leitor afeta o texto, por isso é possível *gestos de interpretação*. Sobre *os gestos de interpretação* Orlandi (2004, p. 18) pontua que:

...a interpretação é um “gesto”, ou seja, é um ato no nível simbólico (PÉCHEUX, 1969). Sem esquecer que a palavra gesto, na perspectiva discursiva, serve justamente para deslocar a noção de “ato” da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la. O gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história. Orlandi (2004, p. 18).

Desse modo, segundo Orlandi (2004), a interpretação trata da desnaturalização do sentido, explorando as possibilidades de falha, equívocos e deslizes que o sentido pode sofrer em situações discursivas distintas, o que sustenta a ideia de incompletude, em que o sentido sempre pode ser outro em relação às determinações históricas e ideológicas.

A partir dessa observação de como os gestos de interpretação afetam o texto, construímos uma proposta ao trabalho com a leitura, com o intuito de contribuir, propiciar o deslocamento do sentido de leitura e interpretação literal que circula por vezes, na escola, pelo livro didático.

A leitura tornou-se o eixo do nosso projeto e assim, o objetivo foi problematizar sobre a aparente homogeneidade da língua. De outro lado, oportunizar que o aluno reconheça, no gesto de interpretação, a



possibilidade de compreender os sentidos outros. Desta maneira, no trabalho com a turma do 8º ano “A” oportunizamos que o aluno produzisse diferentes condições para a produção de leitura, compreendendo que a língua tem um funcionamento e que o sentido não é literal, homogêneo.

Considerações finais

Encontramos na Análise de Discurso os pressupostos para compreender que a linguagem tem um funcionamento, determinado por condições de produção, nas quais estão envolvidas questões da história, da memória e da ideologia em que se inscrevem os interlocutores o momento da produção discursiva. O conhecimento teórico se fez imprescindível para que se alcançasse o objetivo de levar para sala de aula uma proposta de leitura diversificada, de pensar a leitura e a escrita, a partir do deslocamento do sentido de interpretação que circula historicamente na escola pelo livro didático.

Após a compreensão dos conceitos nucleares que compõem a Análise de Discurso, verificamos que esta é uma valiosa ferramenta de trabalho no ensino de língua portuguesa, pois proporcionou meios para a reflexão sobre a estrutura e produção de sentido do texto.

A mudança nas condições de produção da leitura dos alunos do 8º ano “A” se efetivou através de uma metodologia diferente, que possibilitou roda de conversa, debates, exposição de vídeos, observação de tirinhas, audição de música, leitura de poema, textos narrativos e artigo de revista, além de análise de propagandas. Todas estas materialidades



discursivas versavam sobre um tema que sustentou as atividades experienciadas com a turma, a saber, o consumismo.

Desse modo, a ancoragem na teoria da Análise de Discurso nos permitiu construir com os alunos um conhecimento diferente sobre a leitura, compreendendo que esta é produzida no imbricamento de determinações histórico-ideológicas e na relação do sujeito leitor com o texto. As atividades propostas oportunizaram o estudo sobre o funcionamento da linguagem, sobre o que o texto diz, como ele diz, e os objetivos que o levaram a dizer o que diz. Notamos que o trabalho com a leitura nesta perspectiva abriu novos olhares para o texto. Os alunos tomaram posicionamento diferente em relação a temática explorada – o consumismo – compreendendo que o discurso é produzido a fim de provocar no interlocutor efeitos de sentido determinados pelas formações ideológicas nas quais está inscrito o discurso.

Referências

- CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (org). **Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático: língua materna e língua estrangeira.** Campinas, SP: Pontes, 1999.
- GREGOLIN, Maria do Rosario. **Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades.** Revista Comunicação, mídia e consumo. São Paulo vol. 4, n. 11, p. 11-25 nov. 2007.
- GRIGOLETTO, Marisa. **Leitura e funcionamento discursivo do livro didático.** In: CORACINI, Maria José (org.). **Interpretação, Autoria de**



Legitimação do Livro Didático: língua materna e língua estrangeira.

Campinas, SP: Pontes, 1999, pág. 67-77.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 48-62.

MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; RENZO, Ana de. **Escrita, sujeito leitor e escola: relações de poder**. Revista Anpoll, América do Norte, 119, 12, 2014.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Ed. Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. **Discurso e Texto**. Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4ª edição. Campinas: Pontes, 2004.

ⁱ Sobre isso, ver: CORACINI, Maria José. O processo de legitimação do livro didático na escola de ensino fundamental e médio: uma questão de ética. In: CORACINI, Maria José (org.). *Interpretação, Autoria de Legitimação do Livro Didático: língua materna e língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 33-43.

ⁱⁱ Ver: GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. *Revista Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo vol. 4, n. 11, p. 11-25 nov. 2007.

ⁱⁱⁱ As aspas se devem a observação feita nos escritos de Orlandi (1998) de que a interpretação veiculada no livro didático está ligada a literalidade.

^{iv} Sobre isso, ver em: ORLANDI, Eni. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, pág. 35-36

^v *Ibid*, p. 57-58.



REVISTA ECOS

Programa de Pós-graduação em Estudos Literários/ UNEMAT

Programa de Pós-graduação em Linguística/ UNEMAT

Centro de Estudos e Pesquisas em Literatura

Centro de Estudos e Pesquisas em Linguagem

^{vi} Ver: CARMAGNANI, Anna Maria G. Ensino apostilado e a venda de novas ilusões.
In: CORACINI, Maria José (org.). Interpretação, Autoria de Legitimação do Livro
Didático: língua materna e língua estrangeira. Campinas, SP: Pontes, 1999.

^{vii} Neste caso, utilizamos o livro da turma envolvida no projeto: CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português: linguagens, 8º ano: Língua Portuguesa. 7. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2012.

O conteúdo deste texto é de inteira responsabilidade das autoras.

